

DA POLÍTICA

CHARLES-LOUIS DE SECONDAT,
BARÃO DE MONTESQUIEU

TRADUÇÃO DE IGOR MORAES SANTOS¹

Texto original: MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. Baron de La Brède e de. De la politique. In: *Mélanges inédits de Montesquieu*. Bordeaux: G. Gounouilhou; Paris: J. Rouam & Cie, 1892, p. 155-168; Id. De la politique, fragments de Montesquieu. Ed. J. Marchand. In: *Bulletin de la société des bibliophiles de Guyenne*, Bordeaux, jul./dez. 1958, p. 61-73.

¹ Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Editor-chefe da Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP). Advogado. E-mail: santosigormoraes@gmail.com.

É inútil atacar diretamente a política mostrando como ela repugna a moral, a razão, a justiça. Esses tipos de discursos persuadem todo mundo e não tocam ninguém. A política subsistirá sempre enquanto houver paixões independentes do jogo das leis. Creio que seja melhor tomar um outro caminho e buscar desgostar um pouco os grandes por meio da consideração da pouca utilidade que trazem. Eu a desacreditarei ainda mais mostrando que, aqueles adquiriram a mais alta reputação por ela, abusaram do espírito do povo de uma maneira grosseira.

A maior parte dos efeitos ocorrem por vias tão singulares, ou dependem de causas tão imperceptíveis e tão remotas, que dificilmente se pode prevêê-las².

Pode-se, ademais, pôr como máxima geral que toda revolução prevista nunca ocorrerá; pois, se um grande político não tem nada a ver com pessoas tão hábeis quanto ele, não tem nem mesmo a ver com pessoas estúpidas o suficiente para testemunharem os infortúnios iminentes sem tentar evitá-los.

A verdade disso será reconhecida por todo mundo, e, se cada um, querendo, consultar sua memória, verificará que quase todas as coisas que viu, na sua vida, geralmente previstas, não aconteceram.

Se, de um outro lado, consultar-se as histórias, encontrar-se-á por toda parte apenas grandes acontecimentos imprevistos.

Quando Henrique VIII³ destruiu, nos seus Estados, a religião que reconhece um chefe visível, acreditou não ter feito mais que sacudir um jogo que pesava particularmente sobre a Inglaterra. Tendo se tornado, ele mesmo, chefe da igreja que havia criado, dispensador dos despojos da antiga, não havia quem não pensasse que seu poder aumentara. Não! Assim que os espíritos, uma vez reprimidos, viram-se em liberdade, deixaram-se levar pelo fanatismo e pelo entusiasmo. Logo não reconheceram mais o poder e se indignaram contra as próprias leis. Um resto do tom antigo se conservou um pouco sob os três filhos de Henrique VIII⁴; mas João I⁵ encontrou apenas um fantasma da realeza; Carlos I foi colocado em um cadafalso⁶. Abstenho-me de todos os infortúnios que se seguiram.

² Ver o que eu coloquei nos Romanos. [i. e., em *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência* – N.T.]

³ Henrique VIII (1491-1547), rei da Inglaterra. (N.T.)

⁴ Eduardo VI (1537-1553), Maria I (1516-1558) e Elizabete I (1533-1603) (N.T.).

⁵ João I (1566-1625), rei da Inglaterra (N.T.).

⁶ Carlos I (1600-1649), rei da Inglaterra, julgado, condenado e executado em 1649 (N.T.).

Quem teria dito aos huguenotes, que vieram com um exército conduzir Henrique IV⁷ ao trono, que sua seita seria abatida pelo filho deste⁸ e aniquilada pelo seu neto⁹? Sua ruína total estava ligada a acidentes que eles não podiam prever.

Quem teria dito ao grande Gustavo¹⁰ que estava destinado a tão grandes coisas? Esse príncipe, que não tinha nada por si além de sua coragem, rei de uma nação distante, pobre, e que, saindo da escravidão dos dinamarqueses, não tinha qualquer reputação na Europa, se oferecia, como um aventureiro, a todos os príncipes, e sua aliança era desprezada todas as vezes que era ofertada. Mas ninguém a negligenciou mais que o próprio cardeal Richelieu; até que, finalmente, o azar, a insistência, o desespero, fizeram-no aceitar. Gustavo desce à Alemanha com quatro mil homens, e toda a Europa muda de face.

Qual política teria podido proteger Heráclio¹¹ e os últimos reis da Pérsia dos infortúnios que lhes atingiriam? Esses príncipes, cuja grandeza tornavam-lhes rivais, sonhavam apenas em enganarem-se e levar, um sobre o outro, alguma vantagem. Maomé, habitante de uma cidade que esses príncipes ignoravam talvez o nome, resolve pregar; reúne algumas pessoas; seu sistema funciona e, em quatro anos, seus sucessores destroem todos os exércitos de Heráclio, derrubam o trono dos persas, passam em todas as partes do mundo e devoram quase toda a terra¹².

Admito que não vejo aonde esses príncipes levam esses refinamentos tão elogiados, e, se exemplos são necessários, não sei qual vantagem tiraram de seu espírito os quatro maiores políticos desses últimos tempos: Luís XI¹³, Sforza¹⁴, Sisto V¹⁵ e Felipe II¹⁶. Vejo Luís XI pronto a abandonar seu reino para se refugiar na Itália; vejo-o prisioneiro do duque de Borgonha, constrangido a destruir ele próprio seus aliados, perder em seguida, por um erro absolutamente irreparável, a sucessão da Borgonha. Vejo o duque de Milão morrer em uma prisão; Sexto perder a Inglaterra; Felipe, os Países-Baixos: todos dois, por erros que as pessoas mais medíocres não teriam cometido. Vejo, enfim, esse último falhar da mesma maneira, malgrado tantas conjunturas favoráveis, na destruição da monarquia francesa.

⁷ Henrique IV (1552-1610), rei da França (N.T.).

⁸ Luís XIII (1601-1643) e o cardeal Richelieu (1585-1642), seu primeiro-ministro, minaram o poder dos huguenotes (N.T.).

⁹ Luís XIV (1643-1715), que revogou o Édito de Nantes (N.T.).

¹⁰ Gustavo Adolfo II (1594-1632), rei da Suécia (N.T.).

¹¹ Heráclio I, imperador romano do Oriente (575-641) (N.T.).

¹² Os califas Abu Bakr (632-634), Omar (634-644) e Othman (644-656) conduziram exércitos islâmicos na conquista da Síria e da Palestina (636-638), do Egito (640-642) e da Pérsia (639-646) (N.T.).

¹³ Luís XI (1432-1483), rei da França (N.T.).

¹⁴ Ludovico Sforza, o Mouro (1452-1508), duque de Milão (N.T.).

¹⁵ Sisto V (1521-1590), papa de 1585 a 1590 (N.T.).

¹⁶ Felipe II (1527-1598), rei da França (N.T.).

Luís XIV não cansou a Europa tanto quanto esses grandes políticos de que tanto se fala?

A prudência humana se reduz a bem pouca coisa. Na maior parte das ocasiões, é inútil deliberar, porque, qualquer decisão que se tome, no caso de os grandes inconvenientes não se apresentarem imediatamente ao espírito, são todas boas.

Lembremos disso que vimos na minoridade de um grande príncipe da Europa¹⁷. Pode-se dizer que nunca houve um governo mais singular, e que o extraordinário ali reinou desde o primeiro dia até o último; que se qualquer um tivesse feito o contrário do que foi feito, que, no lugar de cada resolução tomada, tivesse tomado a resolução contrária, não teria deixado de terminar sua regência tão felizmente quanto aquela terminou; que se, um após o outro, cinquenta outros príncipes tivessem tomado o governo e conduzido cada um a seu modo, teriam do mesmo modo terminado essa regência felizmente; e que os espíritos, as coisas, as situações, os interesses respectivos estavam em um tal estado que esse efeito resultaria de qualquer causa, qualquer poder que agisse.

Em todas as sociedades, que não são mais do que uma união de espírito, forma-se um caráter comum. Essa alma universal assume uma maneira de pensar que é o efeito de uma cadeia de causas infinitas, que se multiplicam e se combinam de século em século. Assim que o tom é dado e recebido, é ele apenas que governa, e tudo o que o soberano, os magistrados, os povos podem fazer ou imaginar, seja que pareça chocar com esse tom, ou segui-lo, relaciona-se com ele sempre, e o domina até a total destruição.

O espírito de obediência é geralmente propagado assim. Por isso, os príncipes são mais dispensados de serem hábeis. Esse espírito governa por eles; e, qualquer coisa que façam de mal, de equivocado, de bom, caminharão sempre ao mesmo resultado.

Esse tom estava tal sob Carlos I que, de qualquer maneira que ele se conduzisse, o enfraquecimento de seu poder estava assegurado. Não havia prudência contra um entusiasmo tal e uma embriaguez universal.

Se esse rei não tivesse chocado os seus súditos de uma maneira, ele lhes teria chocado de uma outra. Ele estava destinado na ordem das causas a estar errado.

Se um tom dado se perde e se destrói, é sempre por vias singulares e que não se podem prever. Elas dependem de causas tão distantes que todas as outras pareceriam dever ser tão capazes de agir quanto elas, ou melhor, é um pequeno efeito, escondido sob uma grande causa, que produz outros grandes efeitos, que atingem todo o mundo, enquanto ela o guarda para fazer fermentar às vezes três séculos depois.

¹⁷ Regência conduzida por Felipe II de Orleans entre 1715 e 1723, até a maturidade de Luís XV da França (1710-1774) (N.T.).

Pode-se facilmente concluir de tudo isso que dissemos que uma conduta simples e natural pode tão bem conduzir aos fins do governo quanto uma conduta muito desviada.

Raramente os grandes políticos conhecem os homens. Como possuem visões finas e habilidosas, creem que todos os outros homens também as possuem. Mas está muito longe de todos os homens serem finos: eles agem, ao contrário, quase sempre, por capricho ou por paixão, ou agem simplesmente por agir e para que não se diga que não agiram.

Os grandes políticos têm uma coisa: é que sua reputação os prejudica. Desgosta-se tratar com eles, pela única razão de que se destacam em sua arte. Assim, eles se encontram privados de todas as convenções que uma probidade recíproca permite estabelecer.

Nas negociações que a França promoveu, após a minoridade de Luís XIV, para induzir alguns príncipes a se declararem contra o Imperador¹⁸, no caso de ele violar o tratado de Vestfália, nossos embaixadores tinham a ordem de tratar preferencialmente com os duques de Brunswick, e de conceder-lhes mais vantagens que a outros, por causa da reputação que tinham de uma grande probidade.

Um enganador tem de bom que ele faz, sem cessar, elogios à franqueza; pois quer que com ele, patife, todos os outros sejam pessoas honestas.

Além disso, os grandes políticos veem muitas coisas, e frequentemente seria melhor não verem o suficiente do que verem demais. Nos tratados que fazem, eles multiplicam demais as cláusulas, levando à tortura a sua imaginação para prever todos os casos que poderiam acontecer. Creem que, inserindo artigo após artigo, preverão todas as disputas e todas as friezas, o que é muito ridículo: pois, mais se multiplica as convenções, mais se multiplica as matérias de disputa.

Você¹⁹ prevê uma coisa que pode acontecer e que não acontecerá. Sobre essa ideia, insere uma cláusula ao seu tratado. Uma parte querera removê-la; a outra parte não querera porque quer lucrar com a vantagem que ela lhe trouxe. Uma circunstância similar foi a causa da frieza que reinou entre a França e a Suécia no começo do reino de Luís XIV²⁰.

Vê-se também que esses políticos que têm a doença de querer sempre negociar não são de fato hábeis, mesmo que tenham feito tratado após tratado; pois, como as condições são recíprocas, um tratado inútil é sempre oneroso.

¹⁸ Fernando III de Habsburgo (1608-1657) (N.T.).

¹⁹ Uma tradução literal exigiria o uso da segunda pessoa do plural, entretanto, para permitir melhor harmonia com a linguagem hodierna, optamos pelo uso de “você” (N.T.).

²⁰ Referência à Tríplice Aliança formada por Holanda, Inglaterra e Suécia, em 1668, contra as ambições expansionistas de Luís XIV (N.T.).

É muito fácil àqueles que construíram uma reputação nos assuntos impressionarem o povo. Como se imagina que sua cabeça deve estar cheia apenas de tratados, de deliberações e de projetos, leva em conta todas as ações comuns. “O que!” – diz-se – “Este homem tem toda a sua quadruple aliança na cabeça, e ele brinca e xinga como eu! Oh! que belo!”

Tenho ouvido frequentemente elogios à ação do cardeal²¹ de Richelieu que, querendo fazer chegar dois milhões à Alemanha, faz vir um alemão a Paris, envia os dois milhões por um homem de sua confiança, com a ordem de dá-los sem recibo a um homem sem nome, vestido e com aspecto de uma tal maneira. Como não se vê que essa é uma tarefa ridícula? Não seria mais simples enviar boas letras de câmbio, sem embarçar esse alemão com uma tão grande soma, que poderia expô-lo a infinitos riscos; ou, se preferisse dá-los em Paris, dá-los ele mesmo?

Esse ministro, que comprava comédias para passar-se por bom poeta, e que procurava obter fraudulentamente todo tipo de mérito, atormentava-se sem cessar para surpreender com um novo motivo de estima. Eis uma outra fanfarronice!

Um homem em que tinha confiança, tendo permanecido em seu gabinete enquanto ele saía para acompanhar alguém, o Cardeal recordou-se que ele poderia ter lido alguns papéis importantes que estavam sobre a sua mesa. Ele escreveu, imediatamente, uma carta, que lhe deu para levar ao governador da Bastilha, pela qual o governador tinha ordem de retê-lo por um mês, tempo no qual o segredo deveria expirar: assim foi feito e, passado o mês, o prisioneiro saiu com uma grande recompensa. Pura fanfarronice, preparada e realizada por lazer, e mesmo sem muito julgamento. Primeiramente, não se recebe muitas pessoas em um gabinete onde há papéis dessa importância. As pessoas prudentes escrevem cartas dessa natureza de modo cifrado. Enfim, havia mil meios menos fastuosos para reparar esse erro grosseiro. Mas se queria algum barulho e ser um grande ministro a qualquer preço que fosse.

Leia as cartas do cardeal Mazarino sobre as suas negociações com dom Luís de Haro²², e veja um grande charlatão. Diria que dom Luís não tinha senso comum, e que o Cardeal negociava com um macaco.

Diz-se que Louvois, querendo fazer uma expedição a Flandres²³, enviou um pacote ao intendente, com a proibição de abri-lo até que recebesse as ordens. Tratava-se de fazer marchar

²¹ Ver a Arte de reinar do Pe. Le Moine [referência a *De l'art de régner*. Paris: Sébastien Cramoisy & Sébastien Mabre-Cramoisy, 1665, do padre jesuíta Pierre Le Moyne – N.T.].

²² Referência às negociações do tratado dos Pirineus (1659) realizadas por Luis Méndez de Haro y Guzmán (1598-1661), ministro de Felipe IV da Espanha, com o Cardeal Mazarino (1602-1661), primeiro-ministro da França sob os reinados de Luís XIII e Luís XIV (N.T.).

²³ Referência aos preparativos militares à invasão da Holanda pela França de Luís XIV, ocorrida em 1672, sendo ministro da guerra François Michel Le Tellier, Marquês de Louvois (1641-1691) (N.T.).

tropas dispersas por todos os lados, e esse pacote continha ordens para todas as pessoas subordinadas ao intendente para a execução desse projeto, a fim de que o intendente tivesse apenas que assinar, e que os funcionários não revelassem o seu segredo. Isso é lamentável. Esse pacote, permanecendo durante quinze dias em mãos estrangeiras, não exporia seu segredo? A que serviria isso senão incitar a curiosidade? Além disso, os secretários do ministro não poderiam ser infiéis como aqueles do intendente? O tempo de duas horas, necessário para escrever as ordens, era suficiente a esses secretários para revelarem o segredo de uma expedição? Há frequentemente mais pequenez de espírito em tomar precauções inúteis do que em não tomar o suficiente.

Ouvi pessoas elogiarem um ministro²⁴ que tinha a vaidade de gostar mais de ditar mau a três secretários de que ditar bem a um.

O mesmo ministro era tão atarefado que dava audiência até a uma, às duas, às três horas da manhã. Essas coisas não me impressionam. Sei que o grão-vizir tem, ele somente, um governo político, civil e militar de um império de mil e duzentas léguas de extensão, e que tem tempo para descansar.

Vi pessoas se passarem por grandes homens porque tinham sabido dizer a um jovem homem da Corte o lugar onde ele jantou na véspera²⁵, e não havia ninguém que não o saberia, exatamente como eles, se tivesse podido com isso se afirmar. Bastava para tanto um lacaio bêbado.

Vimos, nos nossos dias, um outro ministro, que não tinha nunca²⁶ um único papel sobre sua escrivaninha, e que nunca lia nenhum. Se ele tivesse conseguido realizar seus principais projetos, o veríamos como uma inteligência que governava um Estado à maneira dos espíritos.

Quanto ao mérito que os ministros creem ter pelo fato de manterem segredo em matéria de assuntos de Estado, como eles poderiam violá-lo? Não podem falar sem mostrar uma tolice insigne. Quem teria a tolice de lhes interrogar? Como poderiam eles ser tão tolos de responder? A vaidade lhes dá um ar de mistério que conserva seu segredo²⁷.

²⁴ D'Argenson [Marc-René de Voyer, marquês de Argenson (1652-1721) – N.T.]

²⁵ Le Blanc [Claude Le Blanc (1669-1728), ministro da guerra da França durante a regência e sob Luís XV – N.T.].

²⁶ Las [John Law (1671-1729), economista escocês que serviu como controlador-geral de finanças de Felipe II, o Duque de Orleans, durante a regência – N.T.]

²⁷ Veja.

Tucídides dizia que os gênios medíocres eram os mais adequados ao governo²⁸.

Deve-se começar por isso.

É a invenção dos postos que produziu a política²⁹.

Dos Príncipes

Os príncipes menos belicosos foram os mais políticos. Acho que perdemos porque os princípios não vão mais à guerra. Formou-se, por isso, um outro talento para os príncipes, que colocaram em uso, cada um querendo se destacar em seu Estado: é uma política refinada que consiste em enganar uns aos outros. A experiência fez-nos conhecer que os príncipes que mais se conservaram no seu gabinete foram os mais enganadores, porque fizeram consistir o seu mérito pessoal em uma política refinada, em vez de no uso da franqueza e da coragem.

Acho, na nossa história, duas ações de uma grande probidade.

Aquela de Luís o Jovem³⁰, que repudiando Eleonor³¹, restituiu-lhe seu ducado de Guienne; aquela de São Luís³², que restituiu o mesmo ducado aos ingleses, por sua própria iniciativa, tão logo foi convencido de que o detinha injustamente³³.

Elogia-se pouco essas duas ações, embora elas sejam dignas de uma glória imortal.

Se se elogiou tanto a ação de Régulo³⁴, dificilmente se poderia elogiar aquela de Francisco I³⁵, <...> de Carlos V, que tendo cedido <...> que ele³⁶

²⁸ Referência a TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso* III, 37, 3. Cf. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 172-173 (N.T.).

²⁹ Afirmção similar nos *Pensées* 8 e 2207 e em *Considérations* XXI. Cf. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence*. 3. ed. Paris: Librairie Vve. Ch. Poussielgue, 1907, p. 198 (N.T.).

³⁰ Luís VII (1120-1180), rei da França (N.T.).

³¹ Eleonor da Aquitânia (1122-1204). Após a anulação de seu casamento com Luís VII, casou-se com Henrique II, rei da Inglaterra, dando-lhe em dote o Ducado de Guienna (N.T.).

³² Luís IX (1214-1270), rei da França (N.T.).

³³ Afirmção similar no *Pensée* 226 (N.T.).

³⁴ Célebre episódio envolvendo Marco Atílio Régulo, general romano capturado pelos cartagineses em 256 a.C. e libertado para negociar a paz. Perante o Senado, teria se manifestado contrariamente aos inimigos e, apesar dos apelos dos concidadãos, cumpriu a sua palavra de retornar com a resposta, quando, então, teria sido morto (N.T.).

³⁵ Afirmção similar e melhor desenvolvida no *Pensée* 225: “Elogia-se tanto a ação de Régulo que dificilmente se poderia elogiar aquela de Francisco I que, prisioneiro de Carlos V, tendo cedido a Borgonha em troca de seu resgate, desculpou-se assim que ficou livre, com o que a Borgonha não queria mudar de senhor, mas ele não retornou a Madrid como Régulo a Cartago.” (N.T.).

³⁶ Trecho perdido (N.T.).

Julga-se mal as coisas. Há frequentemente muita política empregada para obter um pequeno benefício tanto quanto para obter o papado. Tantas causas concorrem para isso, tantos obstáculos a prever e a superar.

Vi, na mesma época, dois ministros³⁷ encherem toda a Europa com seu nome, e caírem três meses depois. Nada é tão fácil a um homem que está em certos cargos quanto surpreendê-lo com um grande projeto: há algo de errado nisso. Não são os meios que devem ser brilhantes; é o fim. A verdadeira política consiste em conseguir isso por vias obscuras.

Introdução do tradutor

De la politique foi escrito por Montesquieu em 1725, mas permaneceu inacessível ao público até 1892, quando publicado em uma coletânea de inéditos³⁸, sendo reeditado em 1958 em versão mais fiel ao manuscrito³⁹. Trata-se de um texto provavelmente elaborado com o objetivo de integrar o *Traité des devoirs*, tratado de moral que restou inacabado. Possivelmente comporia os capítulos XIII e XIV da obra, cujo enfoque abrangeria, entre outros temas, uma vinculação entre deveres morais e políticos⁴⁰, como posteriormente sinalizados em *O espírito das leis*, com certa inspiração estoica⁴¹.

Embora incompletas, essas reflexões revelam outras nuances de temas importantes do pensamento do Barão de La Brède. Dois pontos merecem destaque. O primeiro é a crítica à política e aos políticos de então, caracterizados como imergidos em falsidades, engodos, vaidades e imprudências. De fato, como recorda Domenico (nota 1), o sentido de “política”, ao fim do Antigo Regime, designa, no uso comum, política internacional, incluindo práticas como o uso da força, da

³⁷ Referência a John Law (1671-1729), ministro de Felipe II, o Duque de Orleans, durante a regência, e Giulio Alberoni (1664-1752), ministro de Felipe V (1683-1746), rei da Espanha (N.T.).

³⁸ *Mélanges inédits de Montesquieu*. Bordeaux: G. Gounouilhou; Paris: J. Rouam & Cie, 1892, p. 155-168.

³⁹ *De la politique*, fragments de Montesquieu. Ed. J. Marchand. In: *Bulletin de la société des bibliophiles de Guyenne*, Bordeaux, jul./dez. 1958, p. 61-73.

⁴⁰ Fragmentos do *Traité des devoirs* reunidos em *Oeuvres complètes*. Paris: Garnier, 1879, t. VII e em *Pensées et fragments inédits*. Bordeaux: G. Gounouilhou, 1899, t. I.

⁴¹ Essa inspiração estoica é admitida por Montesquieu na Carta 518, enviada a Mgr. de Fitz-James, de 8 de outubro de 1750. Cf. *Correspondance*. Bordeaux: Imprimeries Gounouilhou, 1914, t. II, p. 304-305.

má-fé, dos “segredos” da corte⁴². Ao mesmo tempo, o *Dicionário da Academia Francesa*, editado em 1694, definia *politique* como aquilo “que concerne ao governo de um Estado” ou, ainda, “a arte de governar um Estado”. Do ponto de vista do agir político, designa “um homem habilidoso e fino [*adroit & fin*], que consegue atingir o seu fim, e se adaptar aos tempos”, assim como “a maneira habilidosa que se tem para se conduzir, e alcançar os seus fins”. Alguns desses termos são empregados por Montesquieu no texto para descrever o perfil dos grandes homens políticos⁴³.

O segundo ponto é a grande atenção conferida às “causas”, que dão “tom” ao “caráter comum” ou à “alma universal” de um povo. Tem-se, aqui, uma abordagem explicativa dos acontecimentos políticos históricos muito próxima à ideia de espírito invocada em outras obras, quando, por exemplo, interpreta que a fundação da Igreja Anglicana por Henrique VIII gerou um maior espírito de liberdade que, ultrapassando a esfera religiosa, impactou o âmbito do poder, culminando com a morte de Carlos I e a Revolução Gloriosa.

A ideia de caráter ou espírito geral foi primeiro apontado nas *Lettres persanes*, publicada em 1721, particularmente na Carta LXI (63), e ganhará desenvolvimento derradeiro em *L'esprit de lois* XIX, 4-5⁴⁴, disponibilizada ao público em 1748. Entre ambas, em *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*, de 1734, ao buscar as causas da ascensão e queda de Roma, Montesquieu identifica como primeiro fator relevante um espírito geral de conquista e de glória, que foi fundamental para a criação das primeiras instituições, as quais, posteriormente, contribuíram para formar as lideranças políticas e todos os cidadãos. A causalidade histórica é especialmente delineada nos capítulos XI e XVIII⁴⁵.

Se junto ao tratamento das causas sempre ficou entrevisto um certo determinismo, no *De la politique* ele é muito mais acentuado do que em outros escritos do autor. Em nenhum dos exemplos supramencionados, redigidos antes ou depois do esboço de *De la politique*, Montesquieu afirmou um grau tão elevado de vinculação entre causa e efeito em matéria política e histórica. É certo que ele conclui, nas *Considerações*, que, não tivesse sido Júlio César, outro ator teria levado a República romana ao fim, entretanto, mesmo aí, havia o reconhecimento de uma margem de atuação livre dos agentes, embora o estado dos costumes, das práticas, das instituições e do ideário

⁴² FELICE, Domenico. Nota 1. In: MONTESQUIEU. *Scritti postumi* (1757-2006). A cura de Domenico Felice. Milano: Bompiani, 2017, p. 234-235.

⁴³ L'ACADÉMIE FRANÇAISE. *Le dictionnaire de l'Académie Française*, dédié au Roy. Paris: Jean Baptiste Coignard, 1694, t. II, p. 271.

⁴⁴ MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. Trad. Cristina Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 316 *et seq.*

⁴⁵ Ver MONTESQUIEU. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence*. 3. ed. Paris: Librairie Vve. Ch. Poussielgue, 1907, passim; SANTOS, Igor Moraes; MIRANDA, Isadora Eller Freitas de Alencar. Das leis à história: direito, política e causalidade história em Montesquieu. In: SALGADO, Karine; HORTA, José Luiz Borges (org.). *Razão e Poder: (re)leituras do político na filosofia moderna*. Belo Horizonte: Initia Via, 2016, p. 216-224.

vigentes tivessem atingido um cenário tal que o declínio da configuração político-jurídica em favor de outra era irreversível. Mais especificamente, para Montesquieu, os indivíduos estão inseridos em um quadro maior, no qual figuram como atores com poder real de ação, mas não a ponto de superar as determinações por ele geradas. Ele teve a sensibilidade de reconhecer a complexidade das redes de relações espirituais e materiais constituintes da sociedade, sem deixar-se inflacionar seja o papel do indivíduo, seja uma força racional superior ao estilo de uma filosofia da história.

Em vista disso, pode-se concluir que o *De la politique*, conquanto breve, consiste em texto importante para a compreensão da gênese de conceitos e de enfoques centrais do pensamento político e histórico de Montesquieu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FELICE, Domenico. Notas. In: MONTESQUIEU. *Scritti postumi* (1757-2006). A cura de Domenico Felice. Milano: Bompiani, 2017.

L'ACADÉMIE FRANÇAISE. *Le dictionnaire de l'Académie Française*, dédié au Roy. Paris: Jean Baptiste Coignard, 1694, t. II.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat, Baron de La Brède et de. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence*. 3. ed. Paris: Librairie Vve. Ch. Poussielgue, 1907.

_____. *Correspondance*. Bourdeaux: Imprimeries Gounouilhou, 1914, t. II.

_____. De la politique, fragments de Montesquieu. Ed. J. Marchand. In: *Bulletin de la société des bibliophiles de Guyenne*, Bordeaux, jul./dez. 1958, p. 61-73.

_____. *Mélanges inédits de Montesquieu*. Bordeaux: G. Gounouilhou; Paris: J. Rouam & Cie, 1892.

_____. *O espírito das leis*. Trad. Cristina Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Oeuvres complètes*. Paris: Garnier, 1879, t. VII.

_____. *Pensées*. In: DORNIER, Carole (ed.). *Montedite*. Édition critique des Pensées de Montesquieu. Caen: Presses Universitaires de Caen, 2013.

_____. *Pensées et fragments inédits*. Bourdeaux: G. Gounouilhou, 1899, t. I.

_____. *Scritti postumi* (1757-2006). A cura de Domenico Felice. Milano: Bompiani, 2017.

SANTOS, Igor Moraes; MIRANDA, Isadora Eller Freitas de Alencar. Das leis à história: direito, política e causalidade história em Montesquieu. In: SALGADO, Karine; HORTA, José Luiz Borges (org.). *Razão e Poder*. (re)leituras do político na filosofia moderna. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.